

ADMINISTRAÇÃO

PÓS-RECESSO

Câmara e Judiciário que mexem com o cenário político de Ribeirão

Permuta de imóveis com o Marista promete polêmica no Legislativo, enquanto a Sevandija chama atenção no STF

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

A Câmara de Ribeirão Preto e o STF (Supremo Tribunal Federal) vivem seus últimos dias de recesso. Ambos têm pautas que prometem aquecer o cenário político da cidade, em especial por conta do ano eleitoral.

Os dois órgãos paralisaram suas sessões em dezembro e vão retomá-las no início de fevereiro.

No Legislativo, a expectativa é de retomada de uma das principais pautas da primeira parte do governo Ricardo Silva (PSD): a permuta de imóveis com o Colégio Marista para a implantação de um novo Centro Administrativo Municipal.

Apresentado com pedido de votação em regime de urgência, o projeto foi retirado após o valor dos bens envolvidos na troca - a sede do colégio, no Centro, e um terreno da prefeitura na Avenida Braz Olaia Costa - geraram polêmica.

O prefeito pediu a retirada do texto, alegando esperar por uma avaliação independente do Creci (Conselho Regional de Corretores de Imóveis).

Fontes da administração garantem que o projeto será reapresentado assim que o laudo do conselho for juntado ao processo.

Já no Judiciário, figuras importantes da política ribeirão-pretana esfregam as

CIENTISTA POLÍTICO CITA ELEIÇÃO COMO DESAFIO PARA O GOVERNO RICARDO SILVA

No campo eleitoral, Ribeirão Preto mira até quatro vagas na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em 2026, com uma lista de nove candidatos locais em mobilização intensa.

Para o cientista político e professor Luiz Rufino, a disputa eleitoral é um dos grandes desafios do governo Ricardo Silva em 2026, já que tentará eleger seus candidatos, enquanto aprova pautas na Câmara Municipal.

“O início do ano político promete muita disputa por votos, em especial por conta das candidaturas à Câmara e Alesp. O governo terá que equilibrar os pratos para evitar atritos com sua base”, informa.

mãos, esperando pelo julgamento sobre a legalidade das escutas telefônicas da Operação Sevandija, que atingiu o governo Darcy Verra em todos os seus escalões.

O julgamento teve início em setembro, com voto do ministro Nunes Marques pela legalidade das interceptações, mas foi paralisado por um pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes.

A expectativa é de que o processo seja “devolvido” para julgamento a partir do dia 10 de fevereiro. O caso está na 2ª turma do STF.



Fellipe Sampaio/STF

STF pode julgar, ainda no primeiro semestre, a legalidade de escutas da Sevandija

Defesas insistem em julgamento presencial

Apesar de previsto para ser retomado a partir de fevereiro, no plenário virtual do STF, o julgamento sobre as interceptações da Sevandija ainda pode sofrer alterações. Isso porque as defesas dos réus ainda tentam levar o caso para o plenário físico do tribunal.

O pedido foi feito ao relator do processo na corte, ministro Nunes Marques, antes mesmo do pedido de vistas de Gilmar Mendes.

Como o julgamento foi suspenso, o pedido de análise presencial não foi sequer analisado.

Assim que o processo for “devolvido”, advogados de réus que insistem na decretação de nulidade das escutas telefônicas devem apresentar novos pedidos de exclusão do caso da pauta virtual. Em caso de recusa do pedido pelo relator, as defesas podem recorrer à turma.

Se o pedido for acatado, o processo da Sevandija entra em uma “fila” de processos a serem analisados no plenário físico, sem data para julgamento.

Se o julgamento virtual for mantido, ele será retomado com o voto de Mendes e um prazo de 10 dias para queos demais ministros da turma - Dias Toffoli, Luiz Fux e André Mendonça - se manifestem sobre a questão das escutas.

ESTELIONATO

Larápios usam imagem de Isaac Antunes em golpe

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

O presidente da Câmara de Ribeirão Preto, Isaac Antunes (PL), teve nome, cargo e imagem usados por criminosos em uma tentativa de golpe contra motoristas da cidade. O caso foi registrado nesta terça-feira (21) na Polícia Civil como tentativa de estelionato.

Segundo o boletim de ocorrência, os suspeitos faziam contato por WhatsApp com motoristas, usando números que não pertencem ao vereador e um perfil falso com fo-

to antiga, passando-se por ele ou por supostos representantes do Judiciário, incluindo um falso juiz da “4ª Vara”. O pretexto era a solicitação de entregas de cestas básicas supostamente encomendadas pela Presidência da Câmara.

Após combinar o serviço, os golpistas alegavam ter feito um depósito com valor maior que o combinado e pediam a devolução da diferença, enviando comprovantes bancários falsos. Desconfiados da ausência de crédito, alguns motoristas procuraram o gabinete do vereador, onde

foi confirmado que não havia qualquer solicitação ou autorização, interrompendo a fraude antes de prejuízos.

NA POLÍCIA

A Polícia Civil investiga o caso e orienta que pedidos envolvendo autoridades públicas, especialmente com transferências ou devolução de valores, sejam confirmados pelos canais oficiais e comunicados à polícia. O mesmo vale também para qualquer contato de profissionais, como médicos, advogados e prestadores de serviço em geral.



Thaís Corrado

Isaac Antunes, presidente da Câmara, durante sessão